

Programas são insuficientes para suprir a demanda

De São Paulo

A forte expansão da atividade industrial apresentada nos últimos dois anos e a implantação das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) agravaram o quadro de escassez de profissionais qualificados que já começava a preocupar em 2007. Apenas na área de construção civil, as indústrias reclamam a falta de 200 mil trabalhadores com experiência e formação adequadas, diz Antonio de Sousa Ramalho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP). “As obras para as usinas do Madeira vão empregar 31 mil pessoas e em toda Rondônia só existem mil trabalhadores qualificados na construção civil. Um país com 8 milhões de desempregados e falta mão-de-obra para as indústrias”, lamenta Ramalho.

Mês a mês, a abertura de postos de trabalho alcança novos recordes. Entre janeiro e março, o saldo de geração de empregos com carteira assinada aumentou 38,7% e totalizou 554 mil vagas, o maior volume já registrado em toda a série histórica do Ministério do Trabalho, iniciada em

Verba ampliada

Recursos para as políticas públicas de emprego do governo federal (R\$ milhões)

Programas	Programado em 2007	Gastos em 2007	Orçados para 2008
Sistema Nacional de Emprego	136,0	127,3	126,2
Planos Territorial e Setorial de Qualificação	120,4	86,0	385,1
Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens	127,6	107,5	299,6
Programa Nacional de Inclusão de Jovens	8,5	8,5	—
Total	384,1	320,8	425,9

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego

1992. Para 2008, a expectativa é de que haja um acréscimo de 1,8 milhão de postos de trabalho, superando o recorde de 1,6 milhões de 2006.

Para os trabalhadores, o cenário traz otimismo; para o governo, preocupação. “Este ano o programa de qualificação do governo vai formar 200 mil profissionais, majoritariamente técnicos para a construção civil, nas 11 principais regiões de investimento do PAC. E, provavelmente, esse número será insuficiente para atender à demanda”, afirma Ezequiel Nascimento, secretário de políticas públicas de emprego do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Os programas de qualificação do governo federal atendem a mais de 2

milhões de profissionais por ano e a taxa de empregabilidade varia de 30% a 74%, dependendo do curso ofertado. Neste ano, o orçamento previsto para os programas de qualificação é de R\$ 425,9 milhões, 32,7% a mais do que no ano passado. O objetivo é qualificar 250 mil profissionais com cursos técnicos que são realizados em parceria com entidades privadas e instituições estaduais e municipais e atenderão não só às demandas do PAC, mas também às indústrias. No setor privado, no ano passado, 49 empresas receberam financiamentos do BNDES para a instalação de fábricas e outras 68 tiveram aprovados recursos para a ampliação de unidades fabris — que fatalmente exigirão a contratação de

trabalhadores para ampliação da capacidade produtiva.

Nascimento cita o caso da Usiminas, que vai duplicar uma fábrica em Ipatinga (MG) e pretende contratar 15 mil trabalhadores para a construção da unidade e hoje não tem profissionais qualificados em número suficiente disponíveis no município. “No caso de uma cidade de 200 mil habitantes, como Ipatinga, uma obra desse tipo representará 50 mil habitantes a mais nos próximos dois anos e não tem máquina pública que resista a isso. Ou se qualificam os trabalhadores da cidade, ou o empreendimento pode trazer danos ao município.”

O secretário reconhece que o governo não tem condições de formar mão-

de-obra em volume suficiente para atender à demanda atual por trabalhadores, sobretudo para a indústria de transformação, que no ano passado cresceu 6,2% e outros 9,2% no acumulado de janeiro e fevereiro deste ano, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O cenário atual de escassez de profissionais, avalia Nascimento, é reflexo da falta de investimentos em indústrias e em formação profissional nas décadas de 80 e 90. “Quando as indústrias voltaram a crescer fortemente e a exigir engenheiros, mecânicos, torneiros, soldadores, esses profissionais não existiam no mercado”, diz.

De acordo com o secretário, a manutenção de escolas em todo o país para a realização de cursos técnicos exige um custo praticamente inviável para o governo. “O que acontece hoje é que quase toda a qualificação e requalificação são realizadas pela sociedade civil, seja pelas empresas ou pelo sistema S [Sesc, Senac, Senai, Sesi e Sebrae]”, afirma. Atualmente, o programa de qualificação realizado pelo governo é composto por cursos técnicos de rápida duração, como cursos para vendedor, motorista, vigilante e trabalhador rural.

Parte desses cursos é promovida em parceria com prefeituras ou empresas. “Diariamente grandes grupos vêm ao ministério para solicitar a realização de cursos em um determinado município, mas não é possível atender a todas as demandas”, diz Nascimento.

Os profissionais que passam pelos cursos de qualificação são encaminhados ao Sistema Nacional de Empregos (Sine) para recolocação profissional. As vagas são ofertadas por empresas e, para cada uma são encaminhados dois trabalhadores. A estratégia não parece muito bem sucedida. No ano passado, 4,866 milhões de trabalhadores foram encaminhados a 2,063 milhões de vagas. Pouco mais de 980 mil conseguiram uma recolocação. “Os profissionais não atendem a todas as exigências feitas pelas empresas”, diz. Problemas com a qualidade dos cursos oferecidos? “Os cursos procuram preparar o trabalhador para iniciar uma atividade técnica. Não deveria, mas há uma diferença entre educação e qualificação. Durante muito tempo os trabalhadores não tiveram acesso à educação formal e essa é uma lacuna difícil de se preencher”, afirma Nascimento. (CB)